

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

O ataque às elites políticas trabalhistas: cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos (1964-1969)

The attack on the labor political elites: revocation of mandates and suspension of political rights (1964-1969)

Lucia Grinberg¹

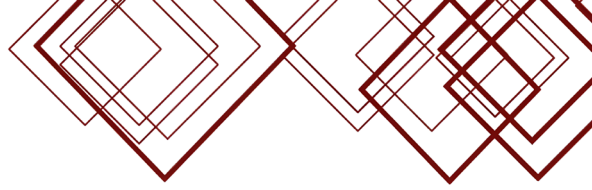
Resumo: Com o golpe de 1964, houve seguidas intervenções no sistema político-partidário. Neste artigo analiso as trajetórias de deputados federais egressos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de partidos formados por dissidências do PTB atingidos com cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos no período de 1964 a 1969. No estudo das trajetórias dos cassados foram analisados: formação, filiações partidárias, cargos na administração pública e mandatos eletivos. No conjunto, predominam dois perfis: políticos trabalhistas com carreiras longevas e políticos com um ou dois mandatos eletivos – indicando que o ataque aos egressos do PTB interrompeu tanto um processo de profissionalização, quanto a consolidação de partidos trabalhistas como alternativa para militantes políticos antes à margem da política institucional.

Palavras-chave: Ditadura - Partido Trabalhista Brasileiro - Movimento Democrático Brasileiro

Abstract: After the coup of 1964, there were consecutive interventions in the political-party system. In this article I analyze the trajectories of federal deputies who came from the Brazilian Labor Party (PTB) and parties formed by dissidents from the PTB that were hit with revocation of mandates and suspensions of political rights in the period from 1964 to 1969. In the study of the trajectories of those who were revoked were analyzed: education, party affiliations, positions in public administration and elective mandates. Two profiles predominate: labor politicians with long careers and politicians with one or two elective mandates – indicating that the attack on PTB politicians interrupted both a process of professionalization and the consolidation of labor parties as an alternative for political activists who were previously on the margins of institutional politics.

Key words: Dictatorship – Partido Trabalhista Brasileiro – Movimento Democrático Brasileiro

¹ Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-9184-4193>. E-mail: lucia.grinberg@unirio.br.



Rio, 9.8.66

Prezado Presidente João Goulart

Estamos nós do antigo PTB, hoje abrigados no MDB (que creio em março próximo se converterá em Partido muito semelhante ao nosso Partido Trabalhista, mas purgado de adesistas e traidores), organizando um semanário em Recife”. Carta de Oswaldo Lima Filho a João Goulart. *Diário da Manhã*, Recife, 12 out 1966. (BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1511_d0001de0001, p. 69).

Em agosto de 1966, o deputado federal Oswaldo Lima Filho (MDB-PE) escreveu a João Goulart, então no exílio no Uruguai. Havia menos de um ano da extinção do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por meio do Ato Institucional n. 2 (AI-2), a maioria dos correligionários se filiara ao partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), outros se uniram aos udenistas e muitos pessedistas que formaram a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Naquele contexto de reorganização partidária compulsória, Lima Filho mantinha contato com o presidente deposto, dava notícias sobre as iniciativas políticas e as perspectivas dos trabalhistas no país. O projeto era fazer do MDB um partido semelhante ao PTB, com uma ressalva, sem “adesistas e traidores”, como os petebistas que apoiaram a instauração da ditadura. Apesar da extinção formal do PTB e o afastamento de suas principais lideranças, por meio de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, havia uma rede de trabalhistas que compartilhava projetos mesmo naquele cenário de incerteza e disputava a herança petebista.

449

As cassações de mandatos e as suspensões de direitos políticos se concentraram em duas conjunturas: na instauração da ditadura, em abril de 1964, e após o AI-5, durante o recesso do Congresso Nacional, de dezembro de 1968 a outubro de 1969. Nos dois momentos parlamentares de vários partidos foram afastados, mas a maioria dos



atingidos era egressa de partidos trabalhistas, principalmente do PTB.²

Os estudos sobre partidos e sistemas partidários no Brasil republicano tradicionalmente enfatizam as dificuldades de consolidação das instituições de representação política no país (Lamounier, Meneguello, 1985; Souza, 1976). No caso dos partidos em atividade a partir de 1945, as teses clássicas destacam variáveis intrapartidárias como agravantes decisivas para o fim dos mesmos e não enfrentam a questão da intervenção autoritária nas organizações (Benevides, 1981; Hippólito, 1985; Araújo, 1996).

Desde os anos 1990, alguns cientistas políticos e historiadores ao investigar contextos históricos e institucionais específicos têm defendido que havia sistemas partidários mais competitivos do que se imaginava (Lavareda, 1991; Viscardi, 2001; Ricci, Zulini, 2014). Considerando a historicidade da carreira política, das organizações partidárias e dos procedimentos eleitorais, esses pesquisadores têm recorrido à documentação variada com o objetivo de compreender as dinâmicas partidárias e eleitorais em contextos históricos específicos, inclusive de competição não democrática.

Nos diferentes períodos, os atores políticos diretamente envolvidos adotaram práticas que impactavam a competição eleitoral, como as acusações sistemáticas de fraudes e as disputas pela elaboração de legislação partidária e eleitoral. No presente artigo, o desafio é investigar o veto à participação de parlamentares trabalhistas na competi-

2 Consultei os verbetes biográficos originalmente elaborados para o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) e atualmente disponíveis na base de dados integrada do acervo do Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no portal da Fundação Getúlio Vargas (FGV) <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> O portal da Câmara dos Deputados e publicações do Tribunal Superior Eleitoral foram consultados para conferir informações dos verbetes e buscar dados de políticos que não constam no DHBB.



ção eleitoral por medidas de exceção na ditadura – a ação deliberada de militares e civis no Poder Executivo que desarticulou o PTB e os demais partidos trabalhistas por meio de uma “política de cassações” (Soares, 1979).

A história e a historiografia do partido do governo deposto em 1964 remetem à figura central de Getúlio Vargas. Em 1945, com o fim do Estado Novo, o governo procurou construir um partido político a partir da mobilização de trabalhadores pelo getulismo e pelos sindicatos (Gomes, 1988). Sem grandes nomes do cenário político nacional, a criação do PTB teve dificuldades, dado que as novas elites políticas formadas por interventores e prefeitos, se reuniram no Partido Social Democrático (PSD) (Gomes, 1988; Hippólito, 1985). Afinal, o movimento “queremista”, o Ministério do Trabalho e seus órgãos previdenciários foram estratégicos na expansão do PTB (Delgado, 1989; Ferreira, 2005; Gomes, 1988).

451

Desde os primeiros estudos, Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo identificaram a enorme dificuldade do PTB para se estruturar como partido, dado o desafio de se transformar numa organização com força proporcional a do prestígio do seu chefe (Gomes, D’Araújo, 1987). Em 1954, a morte de Vargas aprofunda a questão, Gomes mostra como o partido se dedicou a um “duplo esforço de afirmação e de renovação enquanto partido político” (Gomes, 1994, p. 136). O resultado apareceu em poucos anos: uma expansão nacional acompanhada de crescimento eleitoral significativo. Em 1962, no governo João Goulart, o PTB se tornou a:

segunda maior força em termos de eleições vice-presidenciais, de bancada no Senado (26,6 %) e na Câmara Federal (28,3%), onde, devido ao crescimento vertiginoso no Norte e Nordeste em 1962, praticamente empatara com o PSD. E aparecia em



terceiro lugar entre os governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores (Lavareda, 1991: 91).

O impacto do golpe de 1964 no PTB foi imenso, com a interrupção da expansão organizacional pelo interior do país, do crescimento eleitoral e da construção bem-sucedida de identificação partidária nas capitais (Lavareda, 1991).

452

Neste artigo tenho como objetivo investigar as cassações como intervenção no sistema político-partidário, em especial, os afastamentos de deputados federais filiados ao PTB e às organizações criadas por dissidências trabalhistas, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Rural Trabalhista (PRT). Os correligionários das dissidências se identificavam e eram reconhecidos pelos adversários como trabalhistas, articularam coligações e frentes parlamentares entre si, indicando que as afinidades se sobressaíam em relação às distinções. O estudo da trajetória dos deputados federais filiados a partidos trabalhistas cassados entre 1964 e 1969 sugere que foram afastados, principalmente, parlamentares com dois perfis: lideranças com carreiras longevas e parlamentares no início da carreira, expressão do processo de renovação das organizações.

2. A política de cassações

Na ditadura, o instrumento da cassação de mandatos foi usado pelos militares para afastar lideranças da vida pública de maneira arbitrária, baseado em legislação de exceção, sem direito de defesa. Nos atos institucionais, as cassações eram justificadas no contexto da lógica revolucionária (FICO, 2021), “por interesse da paz e da honra nacional” (AI-1), “no interesse de preservar e consolidar a revolução”

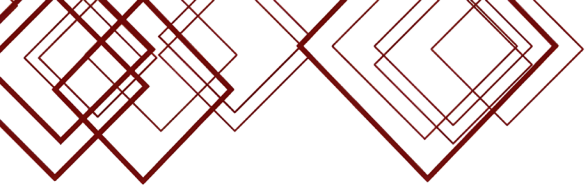


(AI-2) ou apenas “no interesse de preservar a revolução” (AI-5). O Ato Institucional n. 1 (AI-1) concedeu aos comandantes-em-chefe das Forças Armadas a prerrogativa de cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos por indicação do Conselho de Segurança Nacional, “excluída a apreciação judicial desses atos”. Em 1965, o AI-2 atribuiu a mesma competência ao presidente da República. Em 1968, o governo renovou a norma por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5) e regulamentou as funções do ministro da Justiça e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional nos processos sumários de cassação (Grinberg, 2022). Como instrumento do Poder Executivo, as cassações eram expressão do desrespeito aos princípios da imunidade parlamentar e da independência entre os poderes. Não havia qualquer transparência na execução das medidas, os atos relativos às cassações eram publicados no Diário Oficial trazendo apenas listas de deputados e senadores atingidos.

453

No final dos anos 1970, os cientistas políticos Marcus Figueiredo e Gláucio Soares desenvolveram as principais análises sobre as cassações. Figueiredo identifica-as como “punições políticas” com o sentido de neutralizar as oposições e, portanto, levar à desmobilização política (Figueiredo, 1978: 177). Inicialmente, atingiram indivíduos diretamente “ligados ao regime anterior, seja pelo lugar ocupado na estrutura de poder do governo deposto, seja pelo estilo ‘populista’ de se fazer política” (Figueiredo, 1978: 160). Para Figueiredo, havia um:

confronto entre o estilo político da época e o pretendido pela revolução. O estilo político ‘populista’, de intensa mobilização social e política, mantinha organizações paralelas como a Frente Parlamentar Nacionalista e a Frente de Mobilização Popular, entre outras, as quais eram órgãos de cúpula que congregavam organizações sociais setoriais para atividades de apoio ao governo João Goulart (1978: 180).

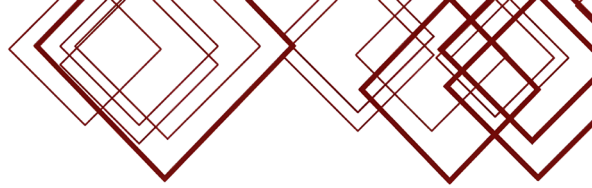


A principal contribuição de Gláucio Soares foi mostrar que havia “políticas de cassações”. Em 1964, o objetivo era “eliminar um tipo de oposição socialista e nacionalista” (Soares, 1979: 75), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) foi o principal alvo. Em nota de rodapé, o autor reconhece que “os membros da FPN eram mais frequentes entre os partidos ‘de esquerda’ (PTB e PSB) [...] e entre os demais partidos populistas e trabalhistas (PST, PTN, MTR, PRT)” (Soares, 1979: 83), mas argumenta que nos partidos de esquerda os membros da FPN foram mais atingidos do que os não membros. Para Soares, “a filiação à FPN constituiu-se em objeto de repressão mais relevante do que a filiação a partidos de esquerda (PTB e PSB)” (1979: 75).

454

Após o AI-5, ambos reconhecem que foram punidos os parlamentares que votaram com mais frequência contra o governo. Muitos cassados eram membros da Frente Ampla, Figueiredo entende que foram atingidos por significar não só a unidade da oposição, mas “um retorno ao estilo político ‘populista’, antielitista e antimilitarista, atuando dentro e fora do Congresso” (Figueiredo, 1978: 185). No entanto, considerava que os cassados não eram mais “indivíduos comprometidos com o regime anterior à revolução, mas as oposições criadas pelas clivagens do próprio processo revolucionário” (Figueiredo, 1978: 193).

Em democracias contemporâneas, a criação de frentes parlamentares e frentes políticas em geral, as articulações com sindicatos e organizações estudantis, entre outras, não são consideradas “paralelas” às disputas políticas institucionais. As alianças eleitorais, as frentes parlamentares e as manifestações públicas organizadas por entidades de vários tipos são estratégias políticas complementares. Figueiredo e Soares minimizaram a questão da inserção partidária dos punidos e não consideraram a posição dos atingidos na correlação de forças eleitorais em seus respectivos estados, a circunscrição em que ocorre a com-



petição eleitoral para o Congresso Nacional. A repressão política por meio de cassações de mandatos tem sido observada principalmente da perspectiva ideológica, o que é fundamental, mas vale retomar a questão analisando o investimento em carreiras políticas profissionais e os resultados nas urnas.

3. De 1964 a 1969, as cassações de trabalhistas.

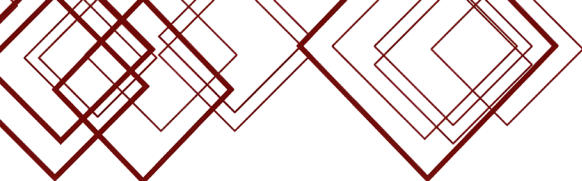
Em 10 de abril de 1964, foram determinadas as primeiras cassações.³ Na primeira lista, semelhante a um manifesto, a intervenção suspendeu os direitos políticos de cem pessoas. Encabeçando a lista, firmaram o nome do secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Carlos Prestes. Em seguida, João Goulart (PTB), Jânio Quadros (PTN), Miguel Arraes (PST), ministros do governo deposto, parlamentares, sindicalistas. Apesar do destaque concedido a Prestes, a maioria era formada por políticos trabalhistas, autoridades constituídas por nomeação para cargos de confiança ou pelo voto em circunscrições de todas as regiões do país, no exercício de seus mandatos. Dos cem nomes, quarenta eram deputados federais e suplentes que também tiveram seus mandatos cassados pelo ato 2, conforme publicado no Diário Oficial, com as respectivas legendas e estados. Em maio e junho de 1964, o governo Castello Branco cassou mais 14 deputados federais por decreto. Era só o começo.

455

Tabela 1. Deputados federais cassados por partido político (1964).

Partidos	N. ° de atingidos	%
----------	-------------------	---

3 Ato 1 e Ato 2 do Comando Supremo da Revolução. DOU, 10/04/1964, Seção I, Parte I, p. 1.



PTB	24	56
PSB	4	9
PST	3	7
PSD	3	7
PDC	3	7
PSP	4	9
UDN	2	5
Total	43	100

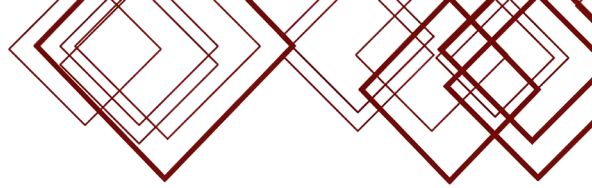
Fontes: Ato 2 do Comando Supremo da Revolução. DOU, 10/04/1964, Seção I, Parte I, p. 1. Decreto de 7 de maio de 1964, DOU, Seção 1, 7/5/1964, p. 4017. Decreto de 12 de junho de 1964, DOU, Seção, 13/6/1964, p. 5049. Decreto de 13 de junho de 1964. DOU, Seção 1, 13/6/1964, p. 5050. DHBB.

456

Em 1964, as bancadas trabalhistas da Guanabara, do Rio de Janeiro e de Pernambuco foram as mais atingidas. Na época, a seção da Guanabara do PTB era considerada das mais próximas da direção nacional (Araújo, 1996), perdeu seis representantes na Câmara dos Deputados. O estado do Rio de Janeiro estava pela segunda vez sob comando trabalhista: perdeu dois deputados do PTB e um do PST. O estado de Pernambuco, sob o governo Miguel Arraes, era cenário importante na mobilização pela reforma agrária, foram atingidos três parlamentares do PTB, três do PSB e um do PST.

De acordo com Maria Celina d'Araújo, as seções do PTB do antigo Distrito Federal (então Guanabara), do Rio Grande do Sul e de São Paulo eram as mais importantes (Araújo, 1996: 83). No Rio Grande do Sul, a bancada do PTB na Assembleia Legislativa teve 20 deputados estaduais cassados com apenas um decreto.⁴ Nos anos seguintes, vários parlamentares originários das seções do Rio Grande do Sul e de São Paulo foram atingidos.

⁴ Decreto de 7 de maio de 1964, DOU, Seção 1, 7/5/1964, p. 4017.



Logo após o golpe, todos os governadores trabalhistas foram afastados da vida pública.⁵ Nas eleições de 1962, o PTB elegeu quatro governadores de estado: José Augusto Araújo (AC), Plínio Coelho (AM), Francisco Lacerda de Aguiar (ES) e Badger da Silveira (RJ). O único governador eleito pelo PST, Miguel Arraes (PE), foi deposto e preso. De 1945 a 1962, o PTB elegeu governadores em poucos estados. No Rio de Janeiro, Roberto da Silveira (1958). No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1958). No Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar (1954). No Piauí, Chagas Rodrigues (1958). No Ceará, Parsifal Barroso (1958). Roberto da Silveira faleceu em 1961, Parsifal Barroso rompeu com o governo João Goulart e se desfilou do PTB – os demais tiveram seus direitos políticos suspensos e mandatos cassados com a instauração da ditadura. Apenas Chagas Rodrigues foi cassado posteriormente, em 1969.

457

Como parâmetro, para compreender as conquistas do PTB e a dimensão da repressão, cabe lembrar que, desde a Primeira República, os governadores eram atores políticos estratégicos no sistema político. Na experiência democrática inaugurada em 1945, eram figuras de peso nos seus respectivos estados e partidos. Havia competição acirrada em cada partido pela candidatura ao cargo de governador. De 1945 a 1962, PSD e UDN conquistaram o maior número de mandatos para os governos estaduais (Hippólito, 1985: 305-307). Para Lavareda, havia uma relação significativa entre as eleições majoritárias para os cargos de governador e as eleições proporcionais para o Legislativo – as campanhas eleitorais para governadores alavancavam votos para os respectivos partidos ou coligações nas eleições proporcionais (Lavareda, 1991).

5 Em 1964 também foram cassados os governadores Seixas Dória (UDN-SE) e Mauro Borges (PSD-GO). Cf. CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Vinhedo: Horizonte, 2015.



A partir da fundação do MDB e da Arena, os parlamentares da oposição foram os mais atingidos. Para Rodrigo Motta, nos primeiros anos do MDB havia uma hegemonia do PTB (Motta, 1996: 31-32). De acordo com o levantamento realizado, em 1966, na Câmara dos Deputados, 50% dos deputados federais do MDB eram egressos do PTB e 30% do PSD (Motta, 1996: 28). No Senado, 59% eram de origem trabalhista e 27% de pessedistas. Na legislatura seguinte, havia 50 deputados federais de origem petebista (37,6 %) e 39 pessedistas. No Senado, 10 de origem petebista e cinco pessedista.

O levantamento sistemático das cassações realizadas de 1966 a 1969 mostra o afastamento por decreto de muitos trabalhistas. Em 1966, foram cassados seis deputados federais, cinco do MDB e um da Arena. Dos cassados, os três emedebistas eram egressos do PTB e dois do PSD. O arenista também era egresso do PSD.

458

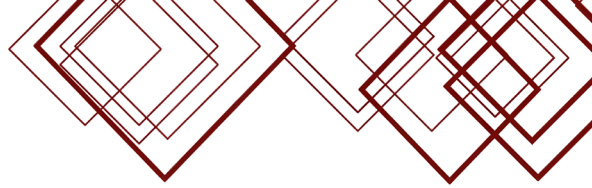
Tabela 2. Deputados federais do MDB cassados por origem partidária (1966).

Partido de origem	N.º de atingidos
PTB	3
PSD	2
Total	6

Fonte: Decreto de 13 de outubro de 1966, DOU, Seção 1, 14/10/1966, p. 1875.

DHBB.

Com o AI-5, ocorreu o maior número de cassações no Congresso Nacional. De 30 de dezembro de 1968 até outubro de 1969, foram cassados os mandatos de 68 deputados federais e seis senadores do MDB e de 33 deputados federais da Arena (Grinberg, 2022). A



proporção de parlamentares do MDB cassados de origem trabalhista é enorme, 30 eram egressos do PTB, dois do MTR e um do PST. A partir da consolidação das listas publicadas nos sucessivos decretos, pode-se ver que a política de cassações permaneceu com o mesmo sentido das punições realizadas anteriormente, os egressos de partidos trabalhistas foram o principal alvo.

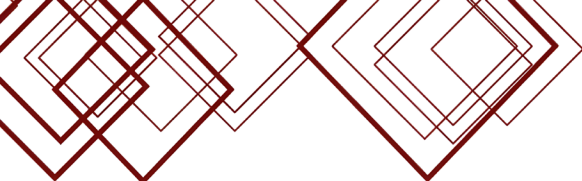
Tabela 3. Deputados federais do MDB cassados por origem partidária (1968-1969).

Inserção partidária em 1965	N.º de cassados	%
PTB	30	44
PSD	13	19
UDN	7	10
PSB	2	3
MTR	2	3
PST	1	1
PSP	1	1
PR	1	1
Sem filiação	11	16
Total	68	100

459

Fontes: Decreto s/n de 30 de dezembro de 1968, DOU, Seção 1, 30/12/1968, p. 11267. Decreto s/n de 16 de janeiro de 1969, DOU, Seção 1, 17/1/1969, p. 554. Decreto s/n de 7 de fevereiro de 1969, DOU, Seção 1, 10/2/1969, p.1331. Decreto s/n de 13 de março de 1969, DOU, Seção 1, 14/3/1969, p. 2212. Decreto s/n de 29 de abril de 1969, DOU, Seção 1, 30/4/1969, p. 3661. Decreto s/n de 11 de setembro de 1969, DOU, Seção 1, 12/9/1969, p.7733. Decreto s/n de 30 de setembro de 1969, DOU, Seção 1, 1/10/1969, p. 8272. DHBB.

No Senado, houve poucas intervenções, mas de grande impacto



na competição eleitoral. Em 1964, cassaram o mandato de senador de Juscelino Kubitschek (PSD-GO) e suspenderam seus direitos políticos.⁶ Na época, JK era uma das lideranças de maior prestígio nacional, provável candidato do PSD à presidência em 1965. Em 1969, o Poder Executivo afastou mais seis senadores, políticos profissionais com longa trajetória, salvo o suplente na Guanabara. Dos seis, dois eram egressos de partidos trabalhistas⁷, dois do PSD e um da UDN. Para compreender como a política das cassações desarticulou redes interferindo na competição eleitoral, é notável as sucessivas cassações de lideranças do PSD no estado de Goiás: Mauro Borges, JK, Pedro Ludovico e João Abraão Sobrinho.

Quadro 1. Senadores do MDB cassados (1969).

460

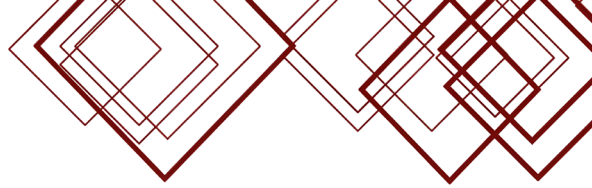
Estado	Senadores	Inserção partidária em 1965
AM	Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho	PTB
GO	Pedro Ludovico João Abraão Sobrinho	PSD PSD
GB	Mário Martins Marcello Alencar (suplente)	UDN -
RJ	Aarão Steinbruch	MTR

Fonte: DHBB.

Entre os emedebistas cassados naquele período, 11 não têm registro de inserção partidária anterior, o que não significa que não tivessem vínculos com partidos. Em dezembro de 1968, foram cassados Márcio Moreira Alves, assessor de Santiago Dantas (PTB) no

6 Decreto de 8 de junho de 1964. DOU, Seção 1, 8/6/1964, p. 4828.

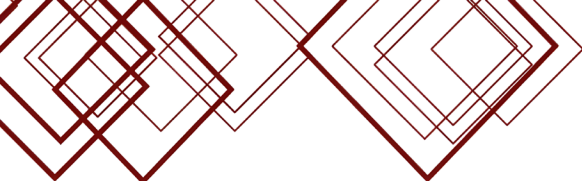
7 Aarão Steinbruch foi eleito deputado federal em 1950, 1954 e 1958. Em 1962, foi eleito senador. Arthur Virgílio foi Secretário de Finanças e do Interior de Justiça (AM), deputado federal em 1947 (PSD), 1954 e 1958 reeleito (PTB). Em 1962, foi eleito senador (PTB). DHBB.



governo João Goulart e Maurílio Ferreira Lima, chefe de gabinete do governador Miguel Arraes (PST). Em setembro de 1969, foram cassados os mandatos de Julia Vaena Steinbruch, Lígia Moelmann Doutel de Andrade e de Maria Lucia de Mello Araújo, esposas de trabalhistas cassados.

Quadro 2. Deputados federais do MDB cassados (1968-1969).

Estado	Deputados	Filiação partidária em 1965
AM	José Bernardo Cabral	PTB
AC	Mário Maia	PTB
PA	Hélio da Mota Teixeira Gueiros	PSD
MA	Cid Rojas de Carvalho Renato Archer	PTB PSD
CE	José Martins Rodrigues Antônio Vieira	PSD -
PI	Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	PTB
PE	Maurílio Ferreira Lima Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Filho Adelmar Costa Carvalho Clodomir Alcoforado Leite Antônio de Andrade Lima Filho	- PTB PSD PTB PTB
PB	Osmar de Araujo Aquino	PSD
AL	Gerardo de Mello Mourão	PTB
BA	Mário Piva Gastão Otávio Lacerda Pedreira	PSD PR
GO	Antônio Francisco de Almeida Magalhães Paulo Campos Pedro Celestino da Silva Filho Almir Turisco de Araújo	PSD PSD PSD PSD
MT	Wilson Barbosa Martins José Feliciano de Figueiredo	UDN UDN
ES	Mário Gurgel	PSP



462

MG	Edgard de Godoi da Mata Machado Celso Passos Milton Vita Reis João Herculino de Souza Lopes Simão Viana da Cunha Pereira José de Castro Ferreira (suplente) Carlos Murilo Felício dos Santos Nísia Coimbra Flezeg Carone	UDN UDN PTB PTB UDN PTB PSD -
SP	David Lerer Henrique Navarro Gastone Righi José Lurtz Sabiá Emerenciano Prestes de Barros Dorival Masci de Abreu Anacleto Campanella Ivette Vargas Ewaldo de Mello Pinto Mário Covas Antônio de Oliveira Godinho	PSB - PTB MTR PTB PTB PSD PTB MTR PST UDN
GB	Márcio Moreira Alves Hermano Alves José Colagrossi Raul Brunini Filho Jamil Amiden Waldir de Melo Simões Breno da Silveira	- - - UDN PTB PTB PSB
RJ	José Maria Alves Ribeiro Sadi Bogado Edésio da Cruz Nunes Antônio Carlos Pereira Pinto Glênio Martins Peçanha Julia Vaena Steinbruch Getúlio de Moura	PTB - PTB PTB PTB - PSD
PR	Renato Celidônio Leo de Almeida Neves	PTB PTB
SC	Eugênio Doin Vieira Paulo Macarini Lígia Doutel de Andrade	- PTB -
RS	Henrique Henkin Matheus Schmidt Unírio Carreira Machado José Mariano de Freitas Beck Zaire Nunes Pereira Floríceno Paixão	PTB PTB PTB PTB PTB PTB



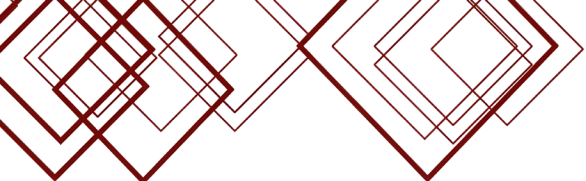
Fontes: Decreto s/n de 30 de dezembro de 1968, DOU, Seção 1, 30/12/1968, p. 11267. Decreto s/n de 16 de janeiro de 1969, DOU, Seção 1, 17/1/1969, p. 554. Decreto s/n de 7 de fevereiro de 1969, DOU, Seção 1, 10/2/1969, p.1331. Decreto s/n de 13 de março de 1969, DOU, Seção 1, 14/3/1969, p. 2212. Decreto s/n de 29 de abril de 1969, DOU, Seção 1, 30/4/1969, p. 3661. Decreto s/n de 11 de setembro de 1969, DOU, Seção 1, 12/9/1969, p.7733. Decreto s/n de 30 de setembro de 1969, DOU, Seção 1, 1/10/1969, p. 8272. DHBB.

4. As trajetórias de deputados federais cassados de origem trabalhista

Nas sociedades ocidentais, a partir de um longo processo histórico de especialização, o Estado passou a ser administrado por políticos profissionais com origens sociais variadas e não apenas por notáveis, elites reconhecidas pelo capital social (Weber, 1996; Offerlé, 2005). Em estudos sobre a profissionalização na política no século XX, há indicadores recorrentes: a formação no ensino superior, especialmente na área jurídica; o pertencimento a partidos políticos e o investimento na carreira política. A sociologia política identifica que capitais propriamente políticos se tornam predominantes e estratégicos para a continuidade em cargos políticos (Weber, 1996; Offerlé, 2005; Perissinotto, 2017). Com o objetivo de traçar um balanço das carreiras dos deputados federais trabalhistas cassados na ditadura, considerando o número de atingidos e os limites do artigo, o levantamento de dados sobre os punidos compreendeu apenas formação, inserções partidárias e posições políticas ocupadas.

463

No levantamento das biografias dos trabalhistas cassados, não encontramos registros sobre as famílias da maioria dos deputados, o que pode ser um indicador de que não pertenciam a elites políticas ou econômicas. Apenas quatro parlamentares levavam sobrenomes de famílias reconhecidamente de elites políticas da Primeira República e do

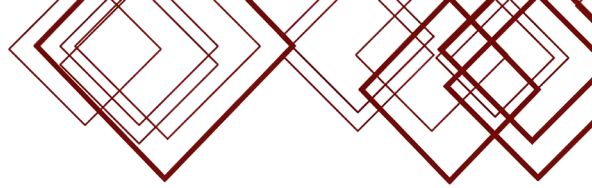


Estado Novo. Luiz Fernando Bocaiúva Cunha era bisneto do republicano Quintino Bocaiúva, seus avós e o pai exerceram funções públicas na Primeira República. O pai e o avó paterno de Almino Afonso (AM) tiveram carreiras políticas, o pai foi prefeito de Porto Velho e o avó paterno, abolicionista, foi deputado constituinte e senador pelo Rio Grande do Norte. O tio de Arthur Lima Cavalcanti foi interventor federal de Pernambuco (1930-1935), governador (1935-1937) e deputado federal (PSD). Sérgio Magalhães era irmão de Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco (1937-1945), ministro da Justiça e fundador do PSD.

464

Como a maioria dos parlamentares teve condições de se dedicar aos estudos, inclusive no nível superior, provavelmente tinham origem em camadas médias urbanas. A maioria dos cassados tinha ensino universitário, apenas 10 não frequentaram faculdades ou concluíram os cursos. A formação em Ciências Jurídicas e Sociais predominava e, nos seus respectivos estados, cursaram as mesmas escolas que as elites políticas tradicionais: Faculdade de Direito do Amazonas, Faculdade de Direito do Ceará, Faculdade de Direito de Recife, Faculdade de Direito de Minas Gerais, Faculdade Nacional de Direito (FND), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Direito do Paraná, Faculdade de Direito de Porto Alegre e Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul.

Os bacharéis em Direito, sempre referidos em estudos sobre a UDN e o PSD, também estavam à frente do PTB, do PST e do MTR. Entre os deputados federais com origem operária, três também cursaram Direito, provavelmente, uma vez na carreira política, investiram em formação jurídica. Também havia médicos, engenheiros e contadores. Alguns políticos ingressaram na vida pública a partir da atuação na imprensa, no rádio e em periódicos, como o *Última Hora*.

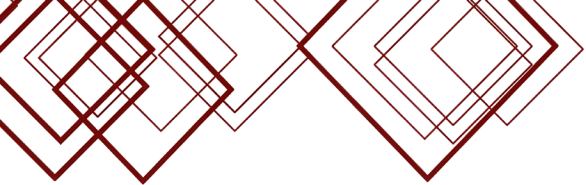


Entre os cassados de origem trabalhista, poucos tinham conquistado mandatos no Poder Executivo: cinco foram prefeitos e dois governadores. Havia mais parlamentares com experiência em cargos de confiança de primeiro escalão, nos governos federal e estaduais: quatro foram ministros de Estado e nove secretários de estado em governos petebistas. Apenas Paulo Macarini (PTB-SC) foi secretário dos Negócios do Interior e Justiça e do Trabalho no governo Celso Ramos (PSD).

Havia parlamentares com experiência na administração pública, principalmente nas áreas previdenciária e econômica. Os organismos previdenciários eram tradicionalmente parte da base do PTB, no caso, cinco deputados haviam ocupado cargos na cúpula de institutos de aposentadorias e pensões: três parlamentares presidiram institutos, um foi diretor e outro chefe de gabinete da direção. Nesses casos, não se tratava, portanto, de mera política de clientela, como, por vezes, a literatura aponta. Em cargos de assessoria econômica, foram identificados sete parlamentares que desempenharam funções em ministérios, bancos públicos ou pertenceram a associações relacionadas ao fomento econômico. Eram trabalhistas que aliavam interesse em seguir uma carreira política institucional, experiência no Legislativo e conhecimento especializado, pela formação universitária e pela experiência em cargos de confiança na administração pública.

465

A maioria dos cassados tinha mais experiência no poder Legislativo, especialmente no Congresso Nacional. De 64 deputados federais, 12 tiveram mandatos de vereador e 21 de deputados estaduais. Os parlamentares atingidos permaneceram pouco tempo nos níveis local e estadual, por um mandato ou dois. Como parâmetro, cabe comparar com os parlamentares da Arena e do próprio MDB que não foram afastados da vida pública, muitos de origem udenista e pessedista, a maioria per-



corria a trajetória tradicional na política profissional no Brasil republicano: sucessivos mandatos, do nível local ao federal, com experiências em prefeituras municipais e governos estaduais (Grinberg, 2009).

Entre os cassados, quatro foram ministros no governo João Goulart: Amauri Silva (PTB-PR) e Almino Afonso (PTB-AM) ocuparam a pasta do Trabalho; Wilson Fadul (PTB-MT), médico, foi ministro da Saúde e Oswaldo Lima Filho (PTB-PE), da Agricultura. Todos tiveram carreiras políticas tradicionais, eleitos para sucessivos mandatos. Os três primeiros ingressaram no nível local, passaram pelas assembleias legislativas e então chegaram ao Congresso Nacional. Lima Filho ingressou na carreira como deputado constituinte estadual em 1947. De 1950 a 1966, foi eleito deputado federal. Todos tiveram as carreiras interrompidas em posições institucionais de peso no sistema político nacional.

466

De 56 parlamentares cassados egressos do PTB, 41 ou 73% exerceram mandatos apenas pela legenda trabalhista original. O PST e MTR eram partidos recentes, os quatro deputados cassados egressos do PST e os três do MTR não tiveram mandatos por outras legendas.

Na análise das carreiras dos trabalhistas cassados, se destacam três perfis. Os políticos com carreiras longevas, no quarto ou sexto mandato, somam 29 % dos cassados. Os políticos experientes, no terceiro mandato, somam 17%. Os parlamentares em início de carreira, no segundo ou no primeiro mandato, somam 55%. Nem todos os mandatos foram exercidos até o final, em alguns casos, os políticos se desincompatibilizaram de seus cargos para concorrer em novos pleitos. Os mandatos de cada parlamentar são quase todos consecutivos, o que indica o interesse em permanecer na carreira e o sucesso nas urnas.

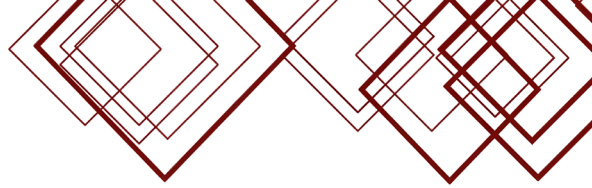


Tabela 4. Concentração de mandatos eletivos por parlamentares cassados de origem trabalhista.

N.º de mandatos eletivos	Deputados federais	%
6	3	5
5	7	11
4	8	13
3	11	17
2	26	41
1	9	14
Total	64	100

Fontes: DHBB, Portal da Câmara dos Deputados.

Entre os políticos com carreiras longevas, no quinto ou sexto mandato na ocasião da cassação, há distinções. Em primeiro lugar, há 467 políticos que iniciaram suas carreiras no PTB e permaneceram na mesma organização até 1965. Como Leonel Brizola e Ivette Vargas, figuras muito conhecidas que se tornaram símbolos da legenda após a morte de Vargas. Não por acaso, disputaram o direito de retomar a sigla após a anistia e a reforma partidária em 1979. Também havia parlamentares pouco conhecidos nacionalmente com carreira igualmente longa no PTB: Unírio Machado, Wilson Fadul e João Herculino de Souza Lopes. Em segundo lugar, há políticos que se filiaram ao PTB, após alguns anos na carreira: Oswaldo Lima Filho, Andrade Lima Filho, Caldas Rodrigues e Milton Reis. Dois parlamentares se destacam por ingressar no PTB quando já eram parlamentares por vários mandatos e em pleno governo João Goulart: Cid Rojas de Carvalho e Adahil Barreto. Ambos tinham afinidades notórias com os reformistas, pertenciam às correntes mais progressistas das legendas conservadoras, à Ala Moça (PSD)



e à Bossa Nova (UDN), respectivamente. Também eram membros da FPN. De maneira geral, as biografias individuais indicam coerência no trânsito dos políticos entre as organizações. O maior número de mudanças de filiação se deu entre partidos trabalhistas, motivadas por discussões político-ideológicas e/ou disputas internas.

Dos 26 cassados no segundo mandato, 20 eram egressos do PTB; Ewaldo Pinto e Glênio Peçanha, do MTR e Mário Covas, do PST. 10 foram eleitos pela primeira vez em 1958 e cassados em 1964. 16 foram eleitos pela primeira vez em 1962 e cassados entre 1968 e 1969. Quer dizer, as cassações atingiram muitos políticos que ingressaram na política institucional a partir do esforço de renovação do PTB e de afirmação das organizações dissidentes.

468

Entre os cassados com apenas um mandato, se destacam os militantes de partidos de esquerda, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na clandestinidade. Nas eleições de 1962, com trajetória anterior no PSB, Paulo Jorge Mansur e Humberto El-Jaick se elegeram pelo PTB. No mesmo ano, Benedito Cerqueira, Marco Antônio Tavares Coelho, Demisthóclides Batista e Clay Araújo militantes do PCB conquistaram seus primeiros mandatos no Congresso Nacional por legendas trabalhistas. Naquela conjuntura, se empenharam em fortalecer suas posições ao somar representação política partidária à representação sindical ou de categoria: Benedito Cerqueira e Demisthóclides Batista eram lideranças sindicais, Marco Antônio Tavares Coelho era líder estudantil e Antônio Garcia Filho era líder do Comando Nacional dos Sargentos. Eleito em 1966, depois da instauração da ditadura e da instituição do bipartidarismo, apenas Gastone Righi tem perfil semelhante, era ligado ao PCB e filiado ao PTB. Ainda que sejam poucos casos, indicam a afirmação dos partidos trabalhistas como alternativa para militantes de esquerda, com traje-



tórias anteriores no movimento sindical ou estudantil, ingressarem na política institucional.

A experiência democrática de 1945 a 1964, considerada curta no contexto do Brasil republicano, na escala da trajetória de vida dos indivíduos ganha outra proporção. Para muitos trabalhistas cassados, era o período mais extenso de suas carreiras, de socialização nas legendas trabalhistas, na administração pública e no Congresso Nacional. A partir da experiência comum em conquistar sucessivos mandatos em eleições, nas mesmas organizações partidárias (ou em coligações eleitorais) e compartilhar projetos políticos afins, se constituía uma elite política trabalhista, com possibilidades de renovação em vista.

O número de egressos do PTB cassados na conjuntura de 1968-1969 destaca a participação dos trabalhistas na Frente Ampla e no MDB, o interesse em permanecer na vida pública apesar do contexto ditatorial e a disposição em fazer alianças com antigos adversários. A proporção de parlamentares atingidos com origem em partidos trabalhistas, destaca a percepção dos militares sobre seu peso no cenário político, mesmo cinco anos após o golpe. Com o afastamento de muitos trabalhistas, a configuração do MDB era modificada, com o aumento da proporção de egressos do PSD na Câmara dos Deputados.

469

Considerações finais

Com o golpe de 1964, teve início uma série de intervenções no sistema político partidário. O afastamento de João Goulart da presidência da República e da vida política, formalizado por meio do decreto da suspensão de direitos políticos, é apenas a face mais evidente de uma política de cassações que alterou a correlação de forças político-partidárias no cenário nacional – as medidas atingiram, principalmente,



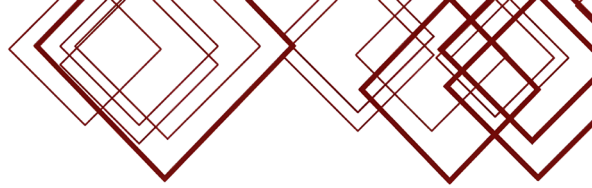
representantes do PTB. O afastamento de trabalhistas, sob a bandeira do “combate à subversão e à corrupção”, interferiu na competição eleitoral. A maioria dos parlamentares egressos de partidos trabalhistas eram políticos profissionais com sucessivos mandatos eletivos, atores competitivos em seus respectivos estados.

Apesar das críticas ao conceito de populismo (Gomes, 1988; Ferreira, 2010), o período democrático inaugurado em 1945 é conhecido, em larga medida, como uma “democracia populista”. Na maior parte dos estudos, portanto, os políticos filiados ao PTB, são referidos em bloco, como políticos populistas, e, individualmente, como lideranças personalistas ou carismáticas, compreensão que supõe uma certa excepcionalidade. Neste artigo, ao contrário, o levantamento das filiações partidárias e dos cargos públicos e mandatos eletivos ocupados pelo conjunto de trabalhistas cassados teve como objetivo analisar suas trajetórias nas instituições, a partir da categoria político profissional. As biografias coletivas mostram carreiras políticas indissociáveis da filiação aos partidos, da conquista de mandatos eletivos e da ação parlamentar.

470

Em estudo sobre a formação do campo político profissional no Brasil, o cientista político Adriano Codato mostrou a ocorrência de um processo de profissionalização das elites políticas no contexto do Estado Novo, com a ascensão de bacharéis em Direito na carreira política profissional (Codato, 2008). A análise das trajetórias dos deputados federais trabalhistas cassados indica que seguiam o padrão de profissionalização das elites políticas em geral.

Na história do Brasil republicano, a primeira experiência democrática com partidos políticos nacionais, de massa, ocorreu de 1945 a 1964. No processo de formação do PTB também se formaram novas elites políticas ligadas ao trabalhismo. Muitos ingressaram na política



como dirigentes sindicais e tiveram cargos no Ministério do Trabalho ou em autarquias vinculadas, como os institutos de aposentadorias e pensões. A partir de 1945, ganharam experiência na política partidária, acumularam experiência em cargos públicos, nos poderes Executivo e Legislativo. No PTB ou em dissidências como o MTR e o PST, com origem na classe operária ou não, suas carreiras políticas foram interrompidas na ditadura.

Os estudos sobre as cassações a partir de referências genéricas aos “populistas”, à participação na FPN e à Frente Ampla, não reconheceram a proporção de membros do PTB (ou egressos do PTB, a partir de 1966) em relação aos demais cassados. Inclusive, no campo do trabalhismo. Em coligações eleitorais, frentes parlamentares e votações no Congresso, é notória a afinidade entre os trabalhistas, mas em termos organizacionais é preciso reconhecer o tamanho do PTB em relação aos demais.

471

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. C. d'. *Sindicato, carisma e poder*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, A. C.; ARAÚJO, M. C. d'. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- CODATO, A. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, 2008. pp. 89-105. <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/7DtkBzJdLgTCxXVDp8cmHcG/?lang=pt>
- DELGADO, L. A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo*. Rio de Ja-



neiro: Marco Zero, 1986.

FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FICO, C. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, histórias*, v. 9, n. 17, 2021. <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/39052>

FIGUEIREDO, M. A Política de Coação no Brasil Pós-64. In: Klein, L. e Figueiredo, M. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

GOMES, A.C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

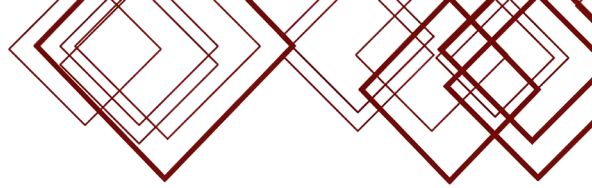
_____. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus*, v. 24, n. 2, 2018. pp. 251-275. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880>

GRINBERG, L. “Traição”, “desobediência”, “indisciplina partidária”: cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos de parlamentares da Arena (1968-1969). *História (São Paulo)*, v. 41, 2022. <https://www.scielo.br/j/his/a/Yky5Sx3zjkXq5DF-JC7PjbMz>

GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Arena (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2009.

HIPPÓLITO, L. *De raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos e consolidação*



- democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAVAREDA, A. *Democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- MOTTA, R. P. S. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1996.
- OLIVEIRA, P. A. M. *Atos institucionais: sanções políticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.
- PERISSINOTTO, R. M.; MASSIMO, L.; COSTA, L. D. Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, v. 60, 2017. pp. 79-110. <https://www.scielo.br/j/dados/a/Jyz3wf5hv-Tt8GfdmPxhNDkm/?lang=pt>
- RICCI, P.; ZULINI, J. P. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, v. 57, 2014. pp. 443-479. <https://www.scielo.br/j/dados/a/t33c-FwdTh84kVMhbxLstT5h/> 473
- SOARES, G. A. D. As políticas de cassações. *Dados*, n. 21, 1979. pp. 69-85.
- SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1996.

Recebido em: 24/01/2024 • Aprovado em 04/08/2024